

HAYEK VERSUS POLANYI: ESPONTANEIDADE E DESÍGNIO NO CAPITALISMO

Rafael Galvão de Almeida (FGV/EESP)
Ramón García Fernández (UFABC)

Resumo: Este trabalho dedica-se a introduzir o conceito de ordem espontânea, seu desenvolvimento através de diversas escolas de pensamento econômico e a importância para a sociedade atual. É falado sobre a importância de Friedrich Hayek, já que ele tem o modelo mais conhecido de ordem espontânea, como ele começou a elaborá-lo a partir da sua pesquisa sobre o papel da informação na economia e sua maturação em Direito, Legislação e Liberdade. Como contraponto ao modelo hayekiano, incluem-se críticas ao conceito e se analisa o trabalho de Karl Polanyi. Ele divergia de Hayek sobre o papel do mercado na sociedade, ao afirmar que a sociedade se protege da invasão do mercado nas demais esferas sociais através do processo de duplo movimento. Por fim, conclui-se que a ordem espontânea existe, que o duplo movimento, porque se inicia com indivíduos antes de tomar forma legislativa, tem as características necessárias para ser considerado um tipo de ordem espontânea e que o anarquismo político é degenerativo como programa de pesquisa.

Palavras-chaves: ordem espontânea, duplo movimento, Friedrich Hayek, Karl Polanyi, conhecimento tácito, mão invisível.

Abstract: This work is dedicated to introduce the concept of spontaneous order, its development through many schools of economic thought and its importance to today's society. It is talked about the importance of Friedrich Hayek, since he has the most known model of spontaneous order, how he started to elaborate from his research about the role of the information on the economy and his maturation in Law, Legislation and Liberty. As a counterpoint to the hayekian model, it is included criticism to the concept and the work of Karl Polanyi is analyzed. He diverged from Hayek about the role of the market in the society, when he affirmed that society protects itself from the invasion of the market in the other social spheres, through the process of double movement. Lastly, it is concluded that there is spontaneous order, that double movement, because it is started with the individuals before taking legislative form, has the necessary characteristics to be considered a type of spontaneous order and that political anarchism is degenerative as research program.

Keywords: spontaneous order, double movement, Friedrich Hayek, Karl Polanyi, tacit knowledge, invisible hand

ARTIGO PARA A SESSÃO DE COMUNICAÇÕES

ÁREA 1 – Metodologia e História do Pensamento Econômico

Sub-área 1.2. História do Pensamento do Econômico

Classificação JEL: B25 – B3

HAYEK VERSUS POLANYI: ESPONTANEIDADE E DESÍGNIO NO CAPITALISMO

Samuel Bowles escreveu que “um dos maiores desafios nas ciências sociais é entender como resultados agregados são [quase] sempre diferentes a intenção das pessoas envolvidas” (BOWLES, 2003, p. 57). Uma das teorias utilizadas para dar uma resposta a isso é a que envolve o conceito de ordem espontânea. Este está imbuído em inúmeras discussões de fenômenos sociais. Está presente em várias teorias de explicação do funcionamento do mercado, surgimento de costumes, organização de resultados, e o objetivo deste artigo é discutir a importância desse conceito para a sociedade ao comparar as doutrinas distintas de Friedrich Hayek e Karl Polanyi.

Em primeiro lugar, deve se dar uma breve definição o que é ordem espontânea. O *The New Plagrave Dictionary of Economics* define “ordem espontânea” como “um padrão reconhecível que é produzido por um processo que não envolve direção por meio de planejamento direto ou criação para algum propósito específico, apesar de que pode ter resultados úteis” (BOETTKE & DIRMEYER, 2008). Assim, processos de ordem espontânea ocorrem todos os dias, como no mercado, onde a mão invisível pode entrar em ação.

Este artigo está dividido em cinco seções: a primeira é uma introdução histórica, cobrindo o período medieval, o iluminismo escocês e a Escola Austríaca; na segunda, discutimos a visão de Hayek e o papel da ordem espontânea em seu pensamento; na terceira, avaliamos algumas críticas ao conceito de ordem espontânea formuladas por diversos autores; na quarta discutimos a importância da obra de Karl Polanyi para esta discussão; uma última seção apresenta nossas conclusões.

1. A noção de ordem espontânea

A noção de ordem espontânea pode ser traçada até alguns filósofos da antiguidade. Boehm (1994) afirma que há indícios de ideias semelhantes em Aristóteles e Tomás de Aquino. Mas os primeiros esboços de uma teoria mais definida de ordem espontânea

surgiram na Espanha do século XVI, graças à Escola de Salamanca, um centro do pensamento filosófico espanhol durante os séculos XVI e XVII. Esta escola estava alinhada com o pensamento comercial nascente da época, a que contrastava com o pensamento católico medieval, no qual o comerciante era visto como um profissional inferior¹; a escola de Salamanca providenciou um meio de legitimar as práticas comerciais, ao afirmar que o comércio poderia organizar a si mesmo, sem a necessidade de intervenção contínua do Estado, que era vista com um ceticismo parecido com o dos austríacos modernos.

Durante o século XVII, Barry (1982) afirma que ocorreram dois desenvolvimentos muito importantes para a tradição da ordem espontânea: o primeiro foi o reconhecimento da *common law*, o direito consuetudinário, como o sistema legal da Grã-Bretanha, que baseia a jurisprudência nos costumes e regras de bolso, graças aos esforços do jurista *sir* Matthew Hale. O segundo foi a revolução científica, pela qual vários progressos científicos permitiram uma maior compreensão do mundo e entre eles se destaca a física newtoniana. Uma característica importante do modelo newtoniano é que permitia dar uma explicação racional da natureza sem intervenção do homem, como colocou Bianchi (1988):

A ampla disseminação da física newtoniana faz com que a natureza seja encarada como um sistema de forças plenamente articulado, passível de entendimento, mensuração e manipulação [...] o *Tableau Economique*, do Dr. Quesnay, de 1758, embora inspirado no movimento de circulação do sangue, explicita de forma inequívoca uma concepção mecanicista da economia. Num quadro de três colunas, com seis pontos de partida e chegada, o domínio econômico é apresentado como um conjunto harmônico, em que cada parte cumpre uma função insubstituível na manutenção do todo. *É o universo-máquina, o universo-relógio de funcionamento impecável*, decomponível em elementos de extrema complexidade, mas, em princípio, acessível aos sentidos e mensurável. Abandona-se em definitivo a pretensão medieval de conhecer essências e causas finais, ao mesmo tempo em que a matemática é mantida como a grande ferramenta de trabalho, na prática das ciências empíricas (BIANCHI, 1988, p. 76, grifo acrescentado).

¹ Nos países protestantes, a própria Reforma já provia uma legitimação ao elevar a categoria do comerciante, como já foi largamente estudado (e.g. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, de Weber).

Em 1705, o médico holandês radicado na Inglaterra Bernard de Mandeville chocou a opinião pública com seu poema *The Grumbling Hive*². A polêmica reside no fato de que Mandeville nos conta a história de uma colmeia na qual suas habitantes aladas eram interesseiras, invejosas, egoístas, verdadeiras patifes, mas que os vícios naturais de cada uma contribuíam para a prosperidade global da colmeia, ou seja, ao fazer com que cada um cuide de sua própria vida, quer seja por vícios ou não, a sociedade vai ser próspera, e governantes inteligentes podem e devem utilizar isso a seu favor. Porém Mandeville alertou para o abuso dessa auto-organização; para ele, existia um mecanismo automático do sistema econômico que conduz ao bem público de modo que somente se e quando ele falhasse, esse mecanismo moral reafirmaria seu poder e autorizaria a intervenção política para o restabelecimento da ordem (DUMONT, 1977 p. 79).

O iluminismo escocês foi o maior propagador do individualismo como base metodológica (embora não seja ainda exatamente o que entendemos hoje por individualismo metodológico), e tem como seus principais expoentes David Hume, Adam Ferguson e Adam Smith. A sociedade seria explicada em termos de impulsos naturais, como o auto-interesse e os instintos, com pouca ou nenhuma interferência de um planejador, embora haja espaço para ceticismo em relação à razão humana, como em Hume.

Outro expoente importante é Adam Ferguson, considerado o precursor da sociologia pelo iluminismo escocês. Em sua obra *An Essay on Civil Society*, ele defende que a sociedade comercial surgiria espontaneamente, através do ajustamento das reações das pessoas às circunstâncias. Sua descrição está na segunda seção do terceiro livro, chamada *The history of political establishments*, e se encaixa muito bem com as definições modernas de ordem espontânea. Ele busca descrever como a sociedade evoluiu, desde o estágio da barbárie até a sociedade comercial, mas, diferentemente de Hobbes, ele não enfatiza a existência de um contrato social, apenas propõe que essa ordem é atingida através do intercâmbio e combinação de seus interesses. Ainda assim, Ferguson era cético em relação ao resultado social decorrente; ele acreditava que a sociedade comercial poderia alienar o homem dos valores éticos, como espírito público

² Comumente mal traduzido como *A Fábula das Abelhas*, que é o título do livro posterior dele, sobre o mesmo assunto. A tradução literal seria *A Colmeia Barulhenta*. Nele, Mandeville desafiou a noção, que vinha desde Aristóteles, de que “boas leis fazem bons cidadãos”, embora Maquiavel tenha sido o primeiro a fazer isso (BOWLES, 2003, p. 475).

e cavalheirismo, e logo o auto-interesse não conseguiria sozinho manter uma sociedade unida.

Adam Smith é outro grande representante desta corrente. A mão invisível, para ele, pressupunha que a ordem é criada, independente da vontade dos estadistas ou mercadores, mas fazendo uma análise a mais acurada de sua obra, vemos que ela só poderia se tornar uma ordem boa se o Estado pudesse calibrá-la. Camargos (2001) comenta que:

Se o estadista optasse pela abordagem de Smith, deveria, primeiramente, ter o conhecimento histórico do contexto da nação que dirige para aprender o comportamento da população face às suas motivações e levar em consideração que: 1) o resultado social benéfico é essencialmente autorregulado pelas forças do mercado e as instituições sociais; e 2) nas eventuais, mas prováveis, falhas de mercado, é dever do Estado adiantar-se nos ajustes e aprimoramentos institucionais que se fizerem necessários para atenuá-las e corrigi-las. De outra forma, a mão invisível do mercado explana o resultado social benéfico, *mas sob o auxílio da mão benevolente e justa do Estado*. E é claro, todos estes termos devem ser apreendidos segundo o que foi exposto por Smith. (CAMARGOS, 2001, p. 134, grifo no original).

Portanto, Adam Smith, diferentemente de Hobbes e Mandeville, e também de Hayek, acreditava que a intervenção estatal deve vir após a criação por ordem espontânea, não antes.

Após a introdução do utilitarismo, o programa de pesquisa da ordem espontânea foi deixado de lado durante quase todo o século XIX. O utilitarismo, como colocado por Jeremy Bentham e os dois Mill, pregava que o objetivo do governo era aumentar o bem-estar da sociedade através da elaboração de leis e instituições. Entre os que continuavam a acreditar na espontaneidade como a melhor resposta aos problemas, estavam os seguidores de Frédéric Bastiat e Herbert Spencer, mas, no final do século XIX, surgiu a Escola Austríaca, de Carl Menger, que renovou o interesse pelo tema.

2. Hayek e a Escola Austríaca

Em sua obra *Problems in Sociology and Economics*, contrariando o pensamento corrente, Menger dizia que “o comportamento [dos agregados sociais] é explicável

apenas em termos individualistas... Língua, religião, lei, até mesmo o Estado [...] não se pode falar que houve ação proposital da comunidade para estabelecer essas coisas” (apud BARRY, 1982, p. 34)³.

O foco de toda a escola austríaca está no indivíduo. Na visão deles, “Apenas o indivíduo é real; a sociedade é o efeito líquido de ações individuais” (CLARK, 1993, p. 375), e é, portanto o indivíduo que melhor contribui para o resultado social, ou seja, se cada indivíduo agir em seu próprio proveito, o resultado agregado será benéfico. Por esse motivo, as ações dos indivíduos não devem sofrer interferências, e consequentemente os austríacos veem o governo com tantas suspeitas. Para eles, o governo jamais deve interferir no processo de decisão do indivíduo, coagi-lo, porque o resultado social será sub-ótimo. Na verdade, uma vertente de pensadores ainda mais radicais se separou da escola austríaca e criou a escola anarco-capitalista, que prega a eliminação do governo para o funcionamento eficiente da sociedade de mercado.

Assim, sendo influenciado pela escola austríaca, Hayek pôde criar um sistema no qual o conceito de ordem espontânea pode ser crucial para a manutenção da sociedade, diametralmente oposto ao de pensadores como Karl Polanyi.

Friedrich Hayek foi sem dúvida o maior propagador do conceito de ordem espontânea. Mas, para entender como se originou, é necessário considerar seu desenvolvimento intelectual, entender o que ele tinha em mente para chegar a esse tópico.

O que o motivou a estudar economia foi o contraste entre a opulência das elites austríaca e a pobreza das massas após a Primeira Guerra Mundial. Inicialmente se considerava um socialista Fabiano, mas foi atraído para a escola austríaca graças a Ludwig Von Mises, de quem se tornaria discípulo. O fato que realmente deu forma às suas teorias foi o debate do cálculo econômico socialista entre as décadas de 1920 e 1930.

Esse debate começou quando Ludwig von Mises publicou em 1920 um artigo em que afirmava categoricamente que é impossível uma economia planejada funcionar

³ Um ponto a favor de se considerar a linguagem como surgida de um processo espontâneo é o fracasso de uma língua construída, como o esperanto, de se difundir.

eficientemente. Caldwell (2003) afirma que Mises tinha em mente uma das propostas de Otto Neurath, que afirmava que o planejamento econômico dos tempos de guerra poderia ser levado adiante em tempos de paz, através de um sistema de “contas nacionais” (não relacionado com o conceito atual) que faria com que atendesse objetivamente as necessidades de cada pessoa, física ou jurídica; em tal situação, o dinheiro seria dispensável e uma economia poderia funcionar sem moeda. Como Mises era um teórico monetário, e um dos fundamentos da Escola Austríaca é que a moeda emergiu através de um processo de ordem espontânea, ele rechaçou esse argumento⁴. Contrariamente, Mises afirma que “quando não há um mercado livre, não há mecanismo de preço; sem um mecanismo de preço, não há cálculo econômico” (MISES, 1920), ou seja, apenas num mercado que não fosse controlado por um poder como o Estado é que os agentes poderiam livremente estabelecer preços, fazer transações e alcançar estabilidade, algo que um planejador central socialista jamais poderia fazer.

O argumento dos socialistas da época era que o governo socialista podia emular as qualidades que eles consideravam positivas do mercado através do poder do governo voltado para a promoção do bem-estar do trabalhador numa sociedade, teoricamente, sem classes. Henry Dickinson acreditava que, através do modelo walrasiano, poder-se-ia calcular quantidades e preços ótimos em qualquer economia, tanto socialista quanto capitalista. O problema, então, do planejador central era simplesmente montar o modelo (CALDWELL, 2003). Mas o economista socialista pioneiro foi Oskar Lange. Em seu artigo *On the economic theory of socialism*, escrito em 1936, ele argumentava que se os preços fossem entendidos como custos de oportunidade, isto é, “termos no qual alternativas são fornecidas”, a fixação de preços não seria apenas uma peculiaridade do sistema capitalista. Então, numa economia socialista, os preços seriam dados por um “comitê de planejamento central”. Com isso, as firmas não existiriam para maximizar lucros, senão para fornecer bens à sociedade seguindo o critério “a cada um segundo sua necessidade”, e o mecanismo de entrada e saída de firmas seria emulado por meio de expansão ou contração da atividade. Problemas na fixação de preços seriam corrigidos por meio de tentativa-e-erro. Haveria também um mercado de bens de consumo livre, mas um mercado de bens de capital controlado, o que eliminaria a desigualdade de

⁴ O argumento de uma economia sem moeda também não teve boa acolhida entre outros socialistas.

renda. Interessante notar que, posteriormente, Lange se dedicou ao estudo da estatística⁵ e da cibernética, pois ele acreditava que avanços na ciência da computação permitiriam ao planejador fazer um sistema de equações computacional que simplesmente resolveria o “sistema de equações de uma economia”. Uma tentativa de levar a cabo essa ideia foi o projeto Cybersyn, que foi desenvolvido durante o governo de Salvador Allende no Chile⁶.

Em sua resposta, Hayek⁷ demonstrou a dificuldade de se obter a informação necessária para tal empreendimento; ele apontou as dificuldades a respeito de como formular as equações, de como o sistema era incapaz de se adaptar, enfim, seria um esforço completamente infrutífero tentar fazer um modelo walrasiano completo da economia para criar artificialmente um sistema socialista de preços justo para a nação. Em seus dois artigos, *Economics and Knowledge* (1937) e *The Use of Knowledge in Society* (1945) ele argumenta que nenhum planejador central tem informação suficiente para decidir o que é melhor para a sociedade, porque, “o conceito de equilíbrio [geral] é de nenhuma significância” (HAYEK, 1937, p. 36). O problema surge com a expressão “informação dada”, que é um conceito relevante para modelos teóricos, mas não se aplica à realidade. Então, Hayek começou a desenvolver uma teoria com ausência de um equilíbrio geral na economia. Faltaria ao planejador central não só saber a informação necessária para o cálculo, mas também quais delas seriam relevantes.

Sua mais conhecida investida contra o pensamento socialista foi o livro *O Caminho da Servidão* (1944). A tese principal do livro é que se a sociedade entregar o controle dos meios de produção ao Estado, mesmo que em condições democráticas, vai acabar levando ultimamente à perda de liberdades individuais e à dominação da ideologia estatista, porque a ideologia estatista teria que passar por cima do indivíduo para realizar suas políticas. Para ele, a liberdade individual é inviolável⁸, porque só através dela uma

⁵ Ele se tornou posteriormente um dos pais da econometria. Para uma defesa mais recente do ponto de vista marxista nesse debate, ver COTTRELL & COCKSHOTT (1993).

⁶ Para mais informações, ver MEDINA (2006).

⁷ Ele também colocou o problema de incentivos, abrindo caminho para a pesquisa da teoria da escolha pública, que não é o foco do presente trabalho.

⁸ Para ele, uma das funções necessárias do Estado é garantir a liberdade individual, ao, por exemplo, impedir energicamente a formação de monopólios. Diferente do que vários economistas austríacos argumentam, Hayek admitia a possibilidade de monopólios, talvez seja por isso que ele afirmou que “nada tenha sido mais prejudicial à causa liberal... do que o *laissez-faire*” (HAYEK, 1990, p. 39). Caldwell (2003) sugere que Hayek não aprovaria eventos como a malfadada privatização russa pós-soviética.

sociedade com um mercado competitivo pode florescer. Embora neste livro ele não tenha tocado muito na questão do conhecimento, seus pressupostos estão implícitos, como quando fala que a concorrência é um método de coordenação de esforços, sem intervenção coercitiva (HAYEK, 1990, p. 58).

O saldo do debate foi que Lange provou que uma economia socialista planificada poderia funcionar teoricamente, tanto é que posteriormente, em 1967, ele escreveu que simplesmente “podia-se colocar as equações simultâneas num computador eletrônico e obteríamos a solução em alguns segundos” (LANGE, 1967, p. 158). Essa solução pode parecer fácil, porém a crítica de Hayek ainda é relevante na era da economia digital. Medina (2006, p. 604), ao comentar sobre o fracasso do projeto Cybersyn, fala que “[o] Trabalho, não se comportou como um fator de produção, mas como um corpo de indivíduos autoconscientes capazes de criticar e resistir ao sistema.” Como o mercado é um sistema no qual os indivíduos estariam mais preparados a reagir em resposta a choques imprevistos, ainda seria melhor do que uma economia planejada. E então, como o mercado é uma ordem que não necessita de um planejador, seria capaz de se autorregular, com isso lançando com isso as bases do conceito de ordem espontânea, que ele desenvolveria em alguns anos após o fim da Segunda Guerra Mundial.

Seu conceito de ordem espontânea está mais amadurecido em *Direito, Legislação e Liberdade* (1973) e representa a tentativa de Hayek de criar diretrizes para uma sociedade baseada no liberalismo. A importância dessa obra para o presente trabalho é que nela há uma definição mais amadurecida de ordem espontânea e sua importância para a sua ideologia.

Para Hayek, existem duas maneiras de considerar as estruturas das atividades humanas: o racionalismo construtivista e evolução da sociedade. Ele considera a primeira perspectiva como sendo imprópria para a análise social. O racionalismo construtivista⁹ teria sua origem no pensamento de Descartes, mas sua origem pode ser traçada até a filosofia grega antiga. Para Descartes “a razão se definia como dedução e lógica a partir de premissas explícitas, ação racional veio também a significar apenas aquela ação inteiramente determinada pela ação conhecida e demonstrável” (HAYEK, 1985, p. 4).

⁹ Termo criado por Hayek e usado como *umbrella term* apenas, pelo que parece acontecer, pelos seus seguidores.

Com isso, uma instituição elaborada de acordo com um planejamento matematicamente¹⁰ explícito deveria ser superior. A ação racional e intencional do ser humano poderia criar instituições melhores e substituir as antigas que, derivadas de costumes e tradições, seriam deixadas de lado se não pudessem ser incluídas, pois elas também seriam derivadas de um planejamento antigo e que provavelmente estaria ultrapassado.

É exatamente por isso que Hayek rejeita esse modo de pensar, explicando que muitas instituições da sociedade resultavam, na verdade, “de costumes, hábitos ou práticas” (p. 5). Devido ao fato de que a sociedade é regida por fenômenos complexos, é impossível ter controle sobre todos os fatos relevantes.

Para fazer uma explicação melhor sobre o desenvolvimento das instituições, ele recorre à teoria da evolução darwiniana¹¹ como modelo para explicar a formação de instituições, um modelo de evolução cultural. Como os organismos evoluíram de acordo com as condições ambientais únicas e complexas e seria impossível prever a direção da linha evolucionária, ele adaptou esse conceito para explicar a cultura e instituições. Na sociedade, as condições são dadas pelo ambiente e pelo desenvolvimento das normas e são transmitidas de indivíduo para indivíduo, de geração em geração, e a permanência de uma instituição é justificada pela utilidade que gera ao grupo. As normas que regem a sociedade podem ou não ser verdadeiras no sentido cartesiano, não há como saber exatamente (ibid. p. 15).

Com isso Hayek conclui que há uma falsa dicotomia entre “artificial” e “natural” existente desde os filósofos gregos¹². Porém, essa dicotomia é falsa no sentido em que existe uma terceira categoria de fenômenos que, utilizando as palavras de Adam Ferguson, “são resultado de ação humana, mas não de intenção humana” (ibid. p. 17; original¹³, FERGUSON, p. 222).

¹⁰ Lembrando que Descartes também era matemático e é creditado por ter elaborado o plano cartesiano e a geometria analítica. Levar para a política as seus avanços na área matemática seria meramente um passo lógico de sua filosofia.

¹¹ Ou, como diria Caldwell, lamarckiana, embora Hayek tenha se referido à darwiniana,

¹² Os termos gregos eram *physis* e *thesis* (ou *nomó*), que significavam, respectivamente, “por natureza” e “por convenção”.

¹³ Na verdade, Ferguson atribui essa frase ao cardel Jean Gondi de Retz (1612-1679).

Para Hayek, pode se dividir o conceito de ordem em dois tipos, emprestando os termos gregos: *taxis*, para designar ordenamento planejado, chamado por nós de “organização”, e *kosmos*, chamada por nós de “ordem espontânea” ou até mesmo “organismo”¹⁴. As organizações seriam criadas por intervenção e planejamento humano, e seriam exógenas às interações sociais. Um exemplo disso seria a organização de um exército: se os soldados agissem independentemente uns dos outros, sofreriam grandes baixas. Por outro lado, a ordem espontânea é o foco de Hayek. A importância do conceito reside no fato de que, como já foi explicado ao longo do trabalho, a ordem é obtida através da interação individual de milhares de indivíduos, ao invés de que isso crie uma situação de anarquia. Porém, para Hayek, as organizações estão integradas numa ordem espontânea maior e mais complexa que forma a sociedade e é essa a complexidade que faz com que o programa racionalista construtivista falhe em produzir uma sociedade livre.

3. Oposição ao conceito de ordem espontânea

A ordem espontânea é um conceito muito abrangente, por isso ela não pode ser totalmente consensual. O que se exporá nessa parte será o contraponto a essa perspectiva: a visão de que as instituições surgem fundamentalmente como resultado de um processo de criação do próprio homem. Desde que Adam Smith enunciou seu princípio da mão invisível, sempre houveram críticos a esse conceito. Malthus, em seu livro *Principles of Political Economy*, escreveu que é impossível para um governo deixar estritamente que as coisas tomem seu curso natural. Além disso, ele também argumentava que a existência de eventos de excesso de oferta, ou superprodução, evidenciam as limitações do mercado em se autorregular (HODGSON, 1996, p. 67).

Marx (1996) afirma que, para que o processo de acumulação primitiva consiga se efetivar e expandir a acumulação capitalista, é necessário criar uma legislação específica. “A burguesia nascente precisa e emprega a força do Estado para ‘regular’ o salário, isto é, para comprimi-lo dentro dos limites convenientes à extração de mais-valia, para prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência” (MARX, 1996, p. 359). Portanto, à medida que o governo vai

¹⁴ Já que Hayek prefere considerar a sociedade como se fosse um organismo.

sendo cada vez dominado pela burguesia, mais as leis vão moldando a sociedade à imagem capitalista, na qual “a situação do trabalhador, qualquer que seja seu pagamento, alto ou baixo, tem de piorar” (idem, p. 275). Nessa visão, as instituições econômicas não são criados por meio de um processo de ordem espontânea, mas impera a imposição dos mecanismos capitalistas.

Bromley (2006) considera as instituições como sendo a arquitetura da existência social e argumenta, de forma um tanto hostil, que o conceito de ordem espontânea não passa de “um mecanismo de conto de fadas” (p. 41)¹⁵. “Todo mercado é uma construção social, e mudanças nos parâmetros que o constroem – novos arranjos institucionais – também são criações humanas” (p. 33). Para ele, de maneira semelhante à defendida por Hayek, a ação coletiva também é importante para as relações de mercado e sociais em geral, “a economia está sempre no processo de se transformar” (p. 40) e também rejeita a abordagem de equilíbrio geral. Porém, a ação coletiva só pode florescer sob um regime legal, com participação ativa do governo, para garantir direitos de propriedade e criar novas instituições econômicas. Devido à complexidade e à existência de outros tipos de transações além da barganha, a saber, as gerenciais e de racionamento (seguindo a classificação proposta por Commons), o governo deve interferir, criando instituições para lidar com elas¹⁶. Por isso, “as instituições constituem uma ordem construída” (p. 41). Também “costumes evoluem para leis quando há razões suficientes para essa evolução” (p. 48). Diferente do que é comumente argumentado, Bromley sugere que as instituições não servem apenas para limitar a ação humana, mas também servem para expandi-la, criando um novo campo de ação humana, em outras palavras, elas podem aumentar, ao invés de diminuir, a liberdade do indivíduo.

Em uma linha de argumentação parecida, Sandefur (2009a) conclui que não há como distinguir realmente entre ordem construída, ou idealizada por meio do racionalismo construtivista, e ordem espontânea, porque essa avaliação depende do ponto de vista do observador. Ele dá um exemplo: uma escola tem que construir caminhos num gramado para os alunos se movimentarem de um lugar para outro. Normalmente um arquiteto

¹⁵ Tanto é que o autor não pára para analisar o conceito e suas implicações, trata-o como algo, de certa forma, não importante para o pensamento econômico, apenas um erro, na melhor das hipóteses.

¹⁶ Bowles (2002) construiu um modelo que indica que os direitos de propriedade *podem* ter surgido espontaneamente, sem interferência de um governo. De qualquer maneira, o ponto de Bromley é que o governo é sempre necessário, no mínimo para garantir que esse acordo seja respeitado.

planejaria os caminhos de acordo com o que achar melhor, mas um arquiteto confiante nos princípios de Hayek esperaria um ano para observar onde a grama estaria mais pisoteada pelo ir e vir espontâneo dos alunos para só então despejar o concreto. O problema é que o arquiteto *tem que* despejar o concreto algum dia e, no momento em que ele fizer isso, ele poderá ser considerado um ‘racionalista construtivista’ que interfere na ordem criada espontaneamente. Para Sandefur, o grande problema da ordem espontânea é que, apesar de ser um excelente conceito descritivo, não tem poder normativo algum e não há como condenar a coerção, porque a coerção pode estar presente em arranjos ditos espontâneos. “Liberdade é uma coisa porque [é um fim em si mesma] - não porque desenvolve ordem espontânea” (SANDEFUR, 2009b). Para ele, intervenções governamentais no mercado são erradas, não porque interferem com o processo de ordem espontânea, mas porque pode privar o consumidor de exercer seu direito de escolha plenamente.

4. O pensamento de Karl Polanyi

Karl Polanyi nasce em 21 de outubro de 1886, em Viena, antigo Império Austro-Húngaro, filho de pais húngaros, também intelectuais nobres. Em 1909, forma-se em Direito pela Universidade de Budapeste, e entra no exército austro-húngaro como oficial. Depois da guerra, envolve-se em debates econômicos, como jornalista e economista. Com a ascensão do fascismo em seu país, muda-se para a Inglaterra, e lá, durante a década de 1940, começa a escrever *A Grande Transformação*. Diferente de Hayek, que tem uma obra muito mais difusa, a popularidade de Polanyi se concentra principalmente nessa obra, embora ele tenha escrito mais livros (e também esta é a única obra de Polanyi traduzida para o português).

Para Polanyi, uma economia de mercado “é uma economia dirigida pelos preços do mercado e por nada além dos preços do mercado” (POLANYI, 2000, p. 62). Porém, ele argumenta que nenhuma sociedade teve sua economia controlada pelo mercado até a Revolução Industrial. A economia era parte da sociedade, por isso não haveria propensão a buscar exclusiva e principalmente lucros, mas haveria também uma preocupação social com a situação de todos os membros; dentro dessa perspectiva, não seria correto falar em uma propensão natural à barganha, tal como sugerira Adam Smith. As trocas entre as sociedades teriam começado através principalmente da guerra

e da pirataria, mas teria evoluído para o mercado, uma forma mais pacífica de adquirir bens em vários casos. Polanyi enfatiza que os mercados existem desde as economias primitivas, porém seu papel estava controlado pela sociedade. Mas posteriormente, com o desenvolvimento da sociedade de mercado, o fenômeno se inverteu, “em vez de a economia estar inserida nas relações sociais, as relações sociais estão inseridas na economia” (idem, p. 77).

O mercado autorregulado estava fora das preocupações dos formuladores de política até o fim do século XVIII, e só pode ser formulado quando a parte econômica se separou da sociedade, conforme dito no parágrafo anterior. Isso só foi possível graças à transformação da terra, do trabalho e do dinheiro em mercadorias, mercadorias que Polanyi denomina como fictícias, pois “não foram feitas para serem compradas e vendidas”. Isso também enfatiza a artificialidade da economia de mercado, que só poderia ser alcançada através de mudanças institucionais dirigidas pelo governo. O argumento da espontaneidade do mercado é utilizado para justificar aqueles que detêm o poder no mercado (CLARK, 1993) e para obter uma desculpa para o excesso de desigualdade em uma sociedade. No fim, o mecanismo de mercado autorregulado seria “uma ofensa à liberdade e dignidade humanas” (THOMASBERGER, 2006, p. 22).

Polanyi não hesitou em falar o quanto o pensamento econômico liberal fracassou no entendimento da Revolução Industrial, de como ela separou a economia da sociedade. “Animada por uma fé emocional na *espontaneidade*, a atitude de senso comum em relação à mudança foi substituída por uma pronta aceitação mística das consequências sociais do progresso econômico, quaisquer elas fossem” (POLANYI, 2000, p. 51, grifo nosso). A linha de argumentação de Polanyi é semelhante àquela dada por Marx, citada anteriormente¹⁷, já que assim como Marx, utiliza a sociedade inglesa de meados do século XIX como ponto de análise.

Para Polanyi, a sociedade comercial moderna não surgiu de um processo evolucionário, mas de uma imposição consciente das classes mais ricas. Ele reconstrói a história

¹⁷ Embora Polanyi critique os marxistas por terem, em sua visão, uma abordagem semelhante à liberal para analisar o fenômeno (ver POLANYI, 1947). Polanyi também parece ter rejeitado a teoria do valor objetivo, fundamento da economia marxista, quando falou que a maior contribuição do utilitarismo seria “que o valor provinha da utilidade” (POLANYI, 2000, p. 146), o que faz sentido quando ele trata das mercadorias fictícias.

britânica, porque lá é onde que foi desenvolvida a sociedade comercial e foi onde ocorreu a Revolução Industrial. A partir do século XVI, com os cercamentos, surgiram as primeiras sementes do processo que acabaria levando à Revolução Industrial, na medida em que terras eram cercadas, acabando com as terras comuns. Obteve-se a partir disto uma abundância de lã, que seria usada posteriormente para fomentar a Revolução Industrial a partir do setor têxtil, ao custo do desmonte do sistema anterior.

Polanyi aponta que o processo de cercamentos, iniciado no século XVI, promoveu uma grande reorganização da sociedade inglesa, e o custo social dessa reorganização foi muito alto, já que muitos camponeses perderam suas terras para a produção de lã. Ele argumenta que a sociedade inglesa não se destruiu graças à intervenção estatal, o que possibilitou suportar o processo de transição provocado pelos cercamentos, socorrendo as vítimas e impondo legislação (e até mesmo desrespeitando-a) para poder controlar o processo. Porém essas ações da Coroa prejudicavam aos capitalistas, que necessitavam do livre-comércio, e eles chegaram ao poder com Cromwell. Existia uma clara contradição entre progresso econômico e desarticulação social, a transição estava impondo um custo considerável sobre a sociedade inglesa através do desmonte de velhas instituições e criação de novas.

Porém, mesmo na Revolução Industrial, a sociedade não permaneceu passiva em relação às mudanças; houve “um movimento bem estruturado para resistir aos efeitos perniciosos de uma economia controlada pelo mercado” (idem, p. 98). Esse processo, de impor restrições, quer seja pela regulação ou outros instrumentos com ou sem a presença do poder estatal, às mercadorias fictícias, à medida que o comércio nacional e internacional vai se desenvolvendo, é chamada de duplo movimento, “a auto-organização da sociedade, algumas vezes com a ajuda do governo e outras vezes sem, para proteger o povo e a terra contra as forças desintegradoras do sistema de mercado” (Gregory Baum, *Karl Polanyi on Ethics and Economics*, apud ÖZEL, 2007). E através do duplo movimento, o custo de transição da sociedade poderia atingir níveis suportáveis, que não precisassem envolver a sociedade em uma conflagração, como uma guerra civil ou outro tipo de crise social¹⁸.

¹⁸ Obviamente, houve registros de agitação social na Inglaterra do século XIX, mas em nenhum momento houve ameaça de guerra civil, conforme Polanyi demonstra no início do livro. O conceito de duplo movimento pode ter alguma influência de Marx, porém para este autor a sociedade capitalista iria se

Lentamente o liberalismo tornou-se um credo. Começou apenas como uma tentativa de eliminar algumas leis e regulamentações na produção até atingir a economia inteira. Mas, repetindo, nada disso evoluiu naturalmente. “As décadas de 1830 e 1840 [sic] presenciaram não apenas uma explosão legislativa que repelia as regulamentações restritivas, mas também um aumento enorme das funções administrativas do estado” (POLANYI, 2000, p. 170). Havia participação firme do estado para atingir um nível de regulação que tornasse o *laissez-faire* um princípio ativo da economia. Definitivamente um paradoxo, que “foi sobrepujado por outro. Enquanto [que] a economia *laissez-faire* foi o produto da ação deliberada do estado, as restrições subsequentes ao *laissez-faire* se iniciaram de maneira *espontânea*. O *laissez-faire* foi planejado; o planejamento não” (idem, p. 172). No fim, Polanyi conclui que os liberais tiveram que se voltar contra o liberalismo.

No fim, Polanyi irá argumentar que esse processo de duplo movimento foi o que destruiu a sociedade criada no século XIX, danificada durante a Primeira Guerra Mundial e solapada durante a Grande Depressão e o que permitiu a ascensão do fascismo e do socialismo, que seriam algumas das realizações do duplo movimento. Portanto, o mercado autorregulado seria um construto racionalista¹⁹ (idem, p. 290).

E foi a ideologia de mercado que, para o autor, ao recusar-se a reconhecer a realidade da sociedade²⁰, possibilitou a abertura de caminhos para que o fascismo e o socialismo chegassem ao poder, porque estes reconheciam a realidade da sociedade e, para isso, eles rejeitam o postulado da liberdade. É como se dizer que o mercado estava ameaçando tanto a sociedade que ela preferiu trocar a liberdade autônoma e pessoal pela proteção do Estado, ao apoiar os governos fascistas e ditatoriais. Polanyi argumenta que uma sociedade na qual o mercado volta a participar da esfera social é possível preservar

enfraquecer e cair em si mesma devido às suas contradições, à medida que o proletariado fizesse uma revolução para tomar os meios de produção (MARX, 1996, p. 381). A história demonstrou que a reação capitalista era muito mais eficiente em atender as demandas da sociedade por causa, exatamente, do duplo movimento, que permitiu que a sociedade capitalista e um mercado relativamente aberto existissem, pelo menos em alguns países.

¹⁹ Qualquer semelhança com o conceito de “racionalismo construtivista” de Hayek pode não ser mera coincidência.

²⁰ Quando Thatcher disse que “não existe essa coisa de sociedade”, era exatamente isso a que Polanyi se referia. O liberalismo tende a considerar a sociedade como uma multiplicidade, isto é, apenas o indivíduo tem existência real, e as ordens sociais são resultado das interações individuais (CLARK, 1993).

todas as liberdades, incluindo as que são defendidas pelos liberais, de forma coletiva, com a inclusão de todos os indivíduos na sociedade, moldada pela vontade e desejos humanos.

5. Conclusão

Por fim, chega-se à conclusão deste trabalho e pergunta-se novamente a questão: porque comparar dois autores tão distintos? Tanto Hayek quanto Polanyi eram contemporâneos durante a era final do Império Austro-Húngaro (Hayek era austríaco e Polanyi húngaro); ambos serviram no *Gemeinsame Armee* durante a 1ª Guerra Mundial e começaram a estudar economia para tentar prover soluções para a pobreza da região vienense, em que, como já foi dito, havia um contraste entre a erudição e opulência das classes altas e pobreza nas classes baixas, durante o pós-guerra; ambos se identificavam com a resposta socialista durante o início da década de 1920, sendo que posteriormente tomaram caminhos diferentes. Ambos adotaram o expressivismo alemão, que, de acordo com Özel, estuda as instituições como realizações de expressões sociais²¹. Ambos tiveram que se exilar da sua terra natal e adotaram a Inglaterra como morada e, posteriormente, a América do Norte. Ambos publicaram suas obras-primas em 1944, eram ardentes defensores da democracia e estudaram a mudança institucional, evitando cair naquilo que Midgley chamou de “mito da escada rolante”, de que toda mudança, tanto biológica quanto tecnológica, é também moral e destina a humanidade ao progresso, “um processo inexorável de melhorias” (MIDGLEY, 1985, p. 6). Migone (2006) resumiu bem porque as comparações entre ambos são relevantes,

“... além do fato de que ambos se ativeram à suas teorias a ponto de aceitarem as consequências mais duras sem fazer concessões,... as tradições polanyiana e hayekiana representam dois polos de tensão inerente no [sistema de] mercado capitalista moderno: a necessidade de conciliar liberdade individual com estabilidade social, assegurar a acumulação de capital e a reprodução da classe trabalhadora, tudo de acordo com as restrições da democracia liberal e economia de mercado” (MIGONE, 2006, p. 106).

Isso também evidencia as disparidades entre os dois falantes de língua alemã. Hayek era um defensor intransigente do sistema de mercado livre, defendia a intervenção mínima

²¹ Ver Özel (2007) para mais detalhes.

do Estado em todas as áreas da sociedade (porém é comumente confundido com um neoclássico), embora ficasse longe de ser um representante da encarnação mais radical do liberalismo, o anarco-capitalismo. Para Hayek, um Estado forte era um Estado mínimo, a economia poderia prover um nível de bem-estar maior se não houvesse interferência na economia, nem mesmo para a criação de moeda (Hayek propôs um sistema complexo, no qual os bancos iriam competir pela criação de moeda, em *Desestatização do Dinheiro*). Hayek também rejeitou a ideia de justiça social por completo, o que é uma consequência lógica e inegável de sua filosofia²². Michael Polanyi, que, aliás, é irmão de Karl Polanyi, (1949) criticou-o por “falar a uma sociedade apavorada com o desemprego enquanto [ele, Hayek] fica indiferente a esse problema.”.

Polanyi, por outro lado, era um socialista não-marxista; ele defendia que se a sociedade deixasse o mercado se autorregular, estaria cavando a própria cova. Seu principal argumento era que a sociedade se defende da intrusão do mercado nas esferas da vida social através do processo de duplo movimento, e esse argumento sobreviveu até mesmo a falhas de sua abordagem. A principal falha é que descobertas arqueológicas²³ após a Segunda Guerra Mundial dificultaram sua argumentação sobre o papel do mercado nas sociedades antigas, já que essas descobertas denunciavam um mercado bem mais desenvolvido e até mais autorregulado do que ele supunha. Polanyi era um primitivista, que acreditava que “fatores culturais dominavam a economia e em sociedades antigas, a economia estava inserida no resto da sociedade e servia para outros propósitos além da geração de lucros” (MUUKONEN, 2009), e o primitivismo é largamente rejeitado hoje em dia. Peter Drucker, um dos maiores teóricos em administração e amigo de Polanyi, observou que, no fim de sua vida, ele se tornou um homem bastante desapontado (CARLSON, 2006, p. 38).

²² “Para Hayek, as reivindicações por ‘justiça social’ não estão de acordo com a disciplina adquirida sobre a qual se constrói a riqueza da sociedade. O exame que ele faz do conceito de ‘justiça social’ leva-o a rejeitar totalmente essa noção enquanto sólido princípio da ação [...] ‘Justiça social’ não é, de forma alguma, a expressão inocente da boa vontade para com os menos afortunados que normalmente aparenta ser, mas sim a demanda, por parte de grupos específicos, de uma posição privilegiada. Talvez pior que isso, na opinião de Hayek, é ela oposta da verdadeira justiça, que é orientada por regras gerais aceitas por todos e imparcial quando diante dos diversos indivíduos e grupos.” (BUTLER, 1987, 107-108). Embora às vezes não seja errado duvidar da boa vontade de certas pessoas.

²³ Hejeebu & McCloskey (1999) citam vários estudiosos das culturas antigas que encontram pouca evidência de preços largamente administrados. North (1977) reconsidera o exemplo dos Kula, que Polanyi usou, e dá uma interpretação diferente, baseado em estudos posteriores.

Este trabalho conclui que há, de fato, instituições que surgem através do processo de ordem espontânea, mesmo que não exista uma definição única de ordem espontânea. Utilizando-se novamente da definição de Adam Ferguson que, apesar de ter sido proposta no século XVIII, é a mais simples e explicativa das definições, ordem espontânea seria o processo pelo qual certas instituições surgem através da ação humana, mas não de sua vontade. Isso, porém, não nos permite determinar até que ponto as instituições são criadas por um processo de ordem espontânea, isto é, que partes da sociedade devem ser deixadas para se autorregular e que partes devem ter intervenção ativa do governo ou qualquer outro mecanismo de coerção, como cooperativas²⁴?

Porém, uma última conclusão é que nada deve ser subestimado; o mercado, se estiver funcionando relativamente bem, até mesmo quando apresenta um certo nível de falhas de mercado, realmente é um lugar no qual trocas pacíficas e justas para as partes podem se realizar sem qualquer intervenção, como diria Coase. A principal decorrência dessa visão é que isso permite aos indivíduos agirem independentemente uns dos outros, ou seja, isso dá liberdade para agir como eles bem entenderem, o que emancipa o indivíduo, dá um campo de ação livre para ele. E devido a essa necessidade de preservar a autonomia individual, a sociedade se organizaria para deixar o mercado na sua área designada, ocorrendo o processo de duplo movimento, descrito por Polanyi. Mecanismos de planejamento e coerção não são exclusividade apenas do governo, como bem colocou Sandefur (2009), em seu exemplo comparando o governo que determina que os empregados devem ter um plano de saúde e o executivo que determina que seus empregados devem ter o mesmo, e a necessidade de governos é imprescindível²⁵.

Como foi falado anteriormente, um dos maiores defeitos da argumentação de Karl Polanyi é a confiança no primitivismo. Apesar disso, em Sociologia, o duplo movimento não é rejeitado por nenhuma das escolas rivais ao primitivismo; mais ainda, pode se argumentar que o duplo movimento é um tipo específico de ordem espontânea, porque a contestação e a resistência à penetração do mercado na vida social começam de forma descentralizada, nos indivíduos e, a partir de mecanismos de propagação,

²⁴ Boehm (1994, p. 300) menciona que a única instituição a qual pode se afirmar que há certo consenso em dizer que surgiu e evoluiu por ordem espontânea é a linguagem.

²⁵ Até porque, de acordo com a teoria de evolução cultural hayekiana, pode se sugerir que o Estado evoluiu “naturalmente”, mas isso já não está no escopo do projeto.

como os estudados em BOWLES (2003), que os indivíduos se dirigem a um ponto focal em questão e podem demandar proteção, seja através de revolução ou legislação²⁶. O reconhecimento de que o duplo movimento é espontâneo poderia auxiliar a tapar buracos nas teorias dos dois austro-húngaros: o duplo movimento teria uma base bem mais sólida do que o primitivismo e haveria uma justificativa para dar espaço a questões sociais na teoria de Hayek, porque a demanda por justiça social surgiria espontaneamente, de acordo com as suas próprias diretrizes.

Uma conclusão secundária do trabalho é que, como o Estado é o principal agente capaz de atender às demandas da sociedade, seja por maior liberdade para a auto-organização dos mercados ou por uma maior restrição à ação dos mesmos, ele não pode ser relegado ao plano secundário, o que faz com programas de pesquisa baseados ou com fim no anarquismo político (anarcossindicalismo, anarco-primitivismo, anarco-capitalismo, entre outros) sejam, em termos lakatosianos, degenerativos, porque se o duplo movimento não ocorrer democraticamente, ocorrerá autoritariamente, e isso foi o que Polanyi procurou demonstrar em *A Grande Transformação*, explicar a ascensão do fascismo e do socialismo como resposta ao fracasso do capitalismo na década de 1930, por isso a sociedade deve tomar cuidado com o próprio processo de duplo movimento. Então, se Polanyi estiver certo, o anarquismo deve ser rejeitado como alternativa viável.

Espera-se que esta discussão evolua para realmente se entender o que está por trás das instituições que temos hoje. Sugden (1988) enumera três razões para justificar o estudo do conceito de ordem espontânea: a) através do mecanismo de preço e das convenções existentes em cada lugar, o mercado é um lugar que esse conceito tem importância fundamental; b) ele possibilita o entendimento e a criação de modelos com racionalidade limitada; c) o conceito ajuda a entender de onde surgem as crenças da sociedade. Esse é um problema que envolve grande parte dos fundamentos da sociedade e do capitalismo e utilizar argumentos orwellianos de direita boa, esquerda ruim, e vice-versa, não faz com que o diálogo progrida.

6. Referências bibliográficas

²⁶ Nota-se que aqui também ocorre o dilema de Sandefur aqui, a partir do momento que a ordem espontânea é reconhecida e institucionalizada (cimentada), ela deixa de ser espontânea.

- BARRY, Norman. The Tradition of Spontaneous Order. *Literature of Liberty*, vol. 5, n. 4, 1982, p. 7-58.
- BIANCHI, Ana Maria. *A pré-história da economia: De Maquiavel a Adam Smith*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- BOEHM, Stephan. Spontaneous Order. In: HODGSON, Geoffrey; SAMUELS, Warren, TOOL, Marc, eds. *The Elgar Companion to Institutional and Evolutionary Economics L-Z*. Aldershot: Edward Elgar, 1994, p. 296-301.
- BOETTKE, Peter & DIRMEYER, Jennifer "spontaneous order", *The New Palgrave Dictionary of Economics*, Eds. DURLAUF, Steven N. & BLUME, Lawrence E. Palgrave Macmillan, 2008, The New Palgrave Dictionary of Economics Online, Palgrave Macmillan, acessado em 15 de março de 2011.
- BOWLES, Samuel. *Microeconomics: Behaviors, institutions and evolution*. Princeton: Princeton University Press, 2003.
- BROMLEY, Daniel. *Sufficient reason: volitional pragmatism and the meaning of economic institutions*. Princeton: Princeton University Press, 2006.
- BUTLER, Eamonn. *A contribuição de Hayek às idéias políticas e econômicas de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1987.
- CALDWELL, Bruce. Hayek and Cultural Evolution. In: MÄKI, Uskali, ed., *Fact and Fiction in economics: models, realism and social construction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- _____. Hayek and Socialism. *Journal of Economic Literature*, vol. 35, dezembro de 1997, p. 1856-1890.
- CAMARGOS, Luiz Rogério. *Estado, Mercado e Resultado Social: Reflexões sobre o paradigma da mão invisível*. São Paulo: Annablume, 2001.
- CARLSON, Allan. The Problem of Karl Polanyi. *The Intercollegiate Review*, 2006, p. 32-39.
- CLARK, Charles M. A. Spontaneous Order versus Instituted Process: The Market as Cause and Effect. *Journal of Economic Issues*, vol. 27, n. 2, 1993, p. 373-385.
- COTTRELL, Allin & COCKSHOTT, W. Paul. Calculation, Complexity And Planning: The Socialist Calculation Debate Once Again. *Review of Political Economy*, vol. 5, n. 1, julho de 1993, p. 73-112.
- DUMONT, Louis. *From Mandeville to Marx: The Genesis and Triumph of Economic Ideology*. Chicago: Chicago University Press, 1977.

- FERGUSON, Adam. *An Essay on Civil Society*. Philadelphia: A. Finley, 1819. Edição eletrônica: Google.
- HAYEK, Friedrich. *Direito, Legislação e Liberdade: uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política*. São Paulo: Visão, 1985 (1973)
- _____. Economics and Knowledge (1937), In: _____. *Individualism and economic order*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.
- _____. Individualism: True and False (1945), In: _____. *Individualism and economic order*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.
- _____. *O caminho da servidão*, 5ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990 (1944).
- _____. The Use of Knowledge in Society (1945), In: _____. *Individualism and economic order*. Chicago: University of Chicago Press, 1980.
- HEJEBU, Santhi & MCCLOSKEY, Deirdre. The Reproving of Karl Polanyi. *Critical Review*, vol. 13, n. 3-4, 1999, p. 285-314.
- LANGE, Oskar. The Computer and the Market. In: FEINSTEIN, C. H. *Socialism, capitalism and economic growth: Essays presented to Maurice Dobb*. Cambridge: Cambridge University Press, 1967, pp. 158-161.
- MANDEVILLE, Bernard de. *A Fábula das Abelhas*, trad. Josué Jonas de Lima, disponível em <http://econiapoliticabrasil.blogspot.com/2009/03/fabula-das-abelhas-de-bernard.html> , acessado em 19 de outubro de 2009 [1705].
- MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política. Volume I, Tomo II*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe [1867].
- MEDINA, Eden. Designing Freedom, Regulating a Nation: Socialist Cybernetics in Allende's Chile. *Journal of Latin American Studies*, vol. 38, p. 571-606.
- MIDGLEY, Mary. *Evolution as a Religion: Strange hopes and stranger fears*. London and New York: Methuen, 1985.
- MIGONE, Andrea. *Globalization between the Hayekian and Polanyian perspectives: Spontaneous order or embeddedness?* 2006. 334 f. Tese (PhD in Political Science) – Simon Fraser University, Burnaby, Canada, 2006.
- MISES, Ludwig von. *Economic Calculation in the Socialist Commonwealth*. Disponível em <http://mises.org/pdf/econcalc.pdf> , acessado em 15 de fevereiro de 2010 (1920).
- NORTH, Douglass. Markets and Other Allocation Systems in History: The Challenge of Karl Polanyi.” *Journal of European Economic History*, vol. 6, p. 703-716.

- ÖZEL, Hüseyin. Four Horseman of the Apocalypse! Marx, Weber, Schumpeter and Polanyi. In: ICAPE: Economic Pluralism for the 21st Century, 2007, Salt Lake City.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: As origens da nossa época*, 9^a ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000 [1944].
- _____. “Our Obsolete Market Mentality: Civilization Must Find a New Thought Pattern.” *Commentary*, vol. 3, 1947, pp. 109-117.
- SANDEFUR, Timothy (a). Some problems with spontaneous order. *The Independent Review*, vol. 14, n. 1, verão de 2009.
- _____. (b). Is “know it when I see it” enough? *Cato Unbound*, 22 de dezembro de 2009, disponível em <http://www.cato-unbound.org/2009/12/22/timothy-sandefur/is-know-it-when-i-see-it-enough/> , acessado em 25 de março de 2010.
- SMITH, Adam. *Riqueza das Nações*. Tradução de Norberto de Paula Lima. [S. L.]: Hemus 2003.
- SUGDEN, Robert. Spontaneous Order. *Journal of Economic Perspectives*, vol. 3, n. 4, 1989, p. 85-97.
- THOMASBERGER, Claus. The Economic Society: Market results and human purposes. In: Tenth Annual Conference of the European Society for the History of Economic Thought (ESHET), Porto, 2006.